

---

FRIDMAN, Luís Carlos (Org.). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: ALERJ: Relume-Dumará, 2002. 176 p.

*Marcio Martins dos Santos*

*Mestrando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil*

Eram muitas as expectativas que carregávamos em relação ao século XXI. A imprensa, o cinema e a literatura foram bastante pródigos em nos trazer imagens e perspectivas de um mundo que se anunciava como, inevitavelmente, melhor do que aquele no qual estávamos vivendo. Todavia, nem tudo saiu conforme o *script*. Juntamente com novas tecnologias, inimagináveis há algumas décadas, surgiram inúmeras inquietações e dúvidas. Os limites e reais possibilidades de convivência tolerante no contexto da dita “globalização”, por exemplo, não cessam de se fazer presentes nos debates, sejam estes políticos ou acadêmicos. Os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York, e as posteriores reações do governo de George W. Bush vieram complexificar ainda mais tais questionamentos, atualizando e redefinindo muitas de nossas preocupações. Onde estariam a segurança e a prosperidade que a expansão da democracia deveria trazer para todos os recantos do planeta? Mais do que isso, como o Brasil, país ainda hoje carregado de desigualdades, se insere neste novo milênio?

São indagações como essas que constituem o ponto de partida do livro organizado por Luís Carlos Fridman, fruto de uma série de seminários realizados na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro durante o ano de 2001, a partir de sugestão do deputado Carlos Minc (PT/RJ). Propondo-se a ser um encontro entre a vida parlamentar, a academia e os cidadãos, tal ciclo de conferências, intitulado *Vozes do Pensamento Contemporâneo*, contou com a participação de renomados intelectuais brasileiros, representantes de campos diversos como a psicanálise, a ciência política, a história, a filosofia e a antropologia. Os artigos presentes nessa coletânea podem ser divididos em cinco blocos de duas comunicações, cada um deles correspondendo a um dia do evento em questão.

Logo no início, Wanderley Guilherme dos Santos nos convida a refletir sobre as peculiaridades da “mega-conversão cívica” que vem ocorrendo no Brasil durante as últimas décadas. Através da comparação de dados estatís-

ticos de 1945 até os dias atuais, ressalta o notável crescimento do eleitorado e uma quantidade cada vez maior de postulantes aos cargos eletivos. Contrasta esse fato com uma elevada insatisfação da população em relação às instituições políticas, em termos de representatividade e atendimento de demandas, concluindo que tal organização institucional se encontra ainda hoje num estágio de subdesenvolvimento que não condiz com o aprendizado democrático obtido pelas pessoas. Na seqüência, José Murilo de Carvalho nos lembra da importância das pressões e movimentos sociais na obtenção dos direitos de cidadania no mundo ocidental. No Brasil, entretanto, teríamos uma tradição de “estadania”, onde a conquista de direitos necessariamente tem que passar pelo Estado, de tal forma que, ao invés de exercer pressão, os grupos preferem se inserir na estrutura estatal para obter o que desejam. Nesse sentido, pensa na baixa confiabilidade da população no sistema eleitoral, sugerindo que esta pode ser decorrência de uma concepção que coloca o Estado como detentor de uma série bastante ampla de obrigações, cujo descumprimento inevitavelmente acarreta uma espécie de “desilusão com a política”.

O artigo de Chaim Samuel Katz, por sua vez, reflete sobre a subjetividade no mundo contemporâneo, tomando por base o pensamento de Freud acerca do “mal-estar da civilização”. Seu interesse está em discutir como a impossibilidade de reproduzirmos o “prazer absoluto” vivido na infância ocasiona conflitos nas relações do homem consigo próprio, com os outros e com a natureza. Constatando a impossibilidade de uma experiência humana totalmente livre desse “mal-estar”, problematiza o estatuto da violência na vida humana, questionando nossas possibilidades de viver de uma maneira menos violenta, sem que isso signifique a ilusão de se abandonar completamente a agressividade, que seria inerente à nossa constituição enquanto sujeitos. O caso das disputas religiosas no Brasil é tomado pelo autor como paradigmático do quanto agressivo se tornou nosso cotidiano. Prosseguindo numa linha analítica similar, Joel Birman começa por refletir em relação à historicidade do conceito de “mal-estar”. Identificando suas origens numa reação de Freud à modernidade, discute como, ao aplicá-lo, podemos vislumbrar as problemáticas fronteiras entre o “gozo próprio” e o “gozo do outro”, num contexto onde a ausência do Estado enquanto “legislador absoluto” e responsável pela manutenção do equilíbrio entre tais “gozos” acarreta a violência e, até mesmo, o totalitarismo. Isso seria particular-

mente perceptível, no Brasil, após o advento do neoliberalismo, desconstrutor das já precárias estruturas do Estado de bem-estar social. Jogando amplos contingentes populacionais numa situação de completo abandono, essa postura política seria responsável, em grande medida, pelo “incremento gigantesco da violência, da criminalidade e da delinquência, que caracterizam hoje o mal-estar civilizatório da brasilidade, ocupando diariamente as manchetes de nossos jornais e revistas” (p. 58-59).

Regina Novaes nos convida a atentar para as influências mútuas entre religião e política, campos que estariam compartilhando e interagindo em termos de símbolos, valores e paixões. Restringindo seu enfoque ao dito “mundo cristão”, a autora rememora as “descontinuidades e continuidades na história da política e da religião” (p. 64). Temos, a partir daí, um interessante painel da atuação da Igreja católica, caracterizada tanto pela “opção pelos pobres” das CEBs e dos “bispos progressistas”, adeptos da Teologia da Libertação, como pelo movimento da Renovação Carismática Católica (RCC), possuidor de uma crescente visibilidade midiática e detentor de uma participação política peculiar, ainda que bastante incipiente. Por outro lado, temos o pentecostalismo que, no Brasil, assume toda a singularidade de um produto histórico oriundo do encontro entre o cristianismo europeu renovado e um território que historicamente se constituiu como católico, devendo ser consideradas, ainda, as heranças indígenas e a presença dos povos africanos. Para Novaes, seria muito simplista pensarmos que os pentecostais incentivariam um “desprezo pela política”: além de fornecer aos contingentes de excluídos que constituem a maioria de seus fiéis um espaço onde podem organizar seus cotidianos, tais igrejas propiciam um “aprendizado cívico” que nenhuma instituição democrática é capaz de oferecer. Nesse sentido, até mesmo o “corporativismo” atribuído a essas “seitas” pode ser relativizado, especialmente se comparado com outras práticas existentes na política nacional, igualmente distantes dos ideais de um sistema democrático “moderno”. Para concluir, a autora sugere que prestemos atenção a uma crescente “religiogização da política”, perceptível na presença de referências bíblicas em contextos que vão desde manifestações do MST até letras do movimento *hip-hop*.

Ainda nesta temática, Renato Janine Ribeiro sugere que a crescente participação de agentes religiosos na política brasileira revela, em primeiro lugar, um desencantamento de importantes parcelas da população para com

este âmbito da “vida pública”. O que teríamos, em suma, seria o pulsar de “novas energias” advindas de outros setores aparentemente distantes da política, sendo a intensidade das “energias religiosas” um dos elementos mais fundamentais para o entendimento de tal processo. Por outro lado, resta um questionamento acerca de quais motivos levam esta “vitalidade” inicial a se tornar estéril, uma vez que seja efetivamente absorvida pelo campo político.

A reflexão de Francisco Carlos Teixeira da Silva está centrada na problemática do Holocausto, abordando as dificuldades enfrentadas por aqueles que estão à margem da “globalização”. As lutas pela hegemonia das interpretações históricas levaram a uma negação da possibilidade das antigas colônias e demais países da “periferia” construírem um discurso legitimador assentado na idéia de que cada um possuiria o “seu holocausto” e teria direito a reparações históricas por parte daqueles que os dominavam. Como contrapartida, temos uma fragmentação de identidades nacionais e étnicas e uma perigosa reação de intolerância para com os “outros”, numa estratégia de hierarquização moral das diferenças que ocasiona uma banalização do Holocausto judeu e o ressurgimento de movimentos fascistas e anti-semitas. A seguir, Darc Costa efetiva uma distinção entre a “mundialização”, que seria um fato, um processo iniciado pelos portugueses há mais de cinco séculos, e a “globalização”, discurso legitimador de situações de dominação de mercados e idéias existentes na atualidade. Sendo, antes de mais nada, um discurso de dominação, a globalização visaria apresentar um espaço passível de uniformização e garantir a divisão entre os “ricos informados” e os “pobres não-informados”. Teríamos, em suma, uma imposição cultural calcada na tentativa de unificar o mundo sob os estilos de vida norte-americanos. O autor sugere que o Brasil seria detentor de uma série de atributos que poderiam garantir uma “verdadeira mundialização”, baseada em elementos tais como a antropofagia cultural, a mestiçagem, o sincretismo e as peculiaridades de ser uma “sociedade absorvente”.

Para finalizar, o livro se encerra com duas comunicações discutindo as idéias de “choque de civilizações” e “satanização do outro”, em voga após os atentados de 11 de setembro de 2001. Peter Pál Pebart argumenta que o “outro” já está no Ocidente, que, por mais muralhas que o Império construa, não conseguirá evitar a presença dos “estranhos”. Lembra que, historicamente, a barbárie do nativo foi necessária para fundar a civilidade do eu-

ropeu, de tal maneira que se pode constatar como “nessa dicotomia entre o mesmo e o outro, o outro não é dado, mas produzido” (p. 148). Ao analisar o mundo contemporâneo, o autor sugere que percebamos como a segregação se afastou das explicações biológicas para tomar como base uma “fundamentação cultural”: Huntington, por exemplo, com suas proposições sobre o embate entre “culturas rivais”, estaria representando tal posicionamento. Com um olhar mais atento, poderíamos até mesmo perceber como a própria idéia de “Oriente” é fruto de construções realizadas no mundo ocidental. Nesse caminho, para que uma melhor convivência seja possível é importante que busquemos resgatar a lógica da multiplicidade, enfatizando a tolerância e a riqueza heterogênea e complexa da “multidão” – que o autor analiticamente distingue do “povo” e da “massa”, a fim de privilegiar a fluidez e a diversidade de direcionamentos.

Otávio Velho encerra a coletânea propondo que, sem negar a existência de intolerância no mundo muçulmano, sejamos capazes de efetivar um exercício antropológico no sentido de compreender este “outro” que tanto nos fascina. Torna-se evidente a existência de valores diferentes, dificultando a comunicação entre “ocidentais” e “islâmicos”. Bastaria pensar na divergência de concepções sobre o indivíduo para termos uma idéia da profundidade desta questão. Todavia, tendo consciência de que vivemos num mundo diversos e complexo onde os “outros” já estão no meio de nós, cabe pensarmos na historicidade dos elementos que abordamos como demarcadores de diferenças. Dessa maneira, podemos perceber como a própria noção de fundamentalismo, por exemplo, não surge entre os “orientais”, sendo muito presente em certas correntes do protestantismo. Além do mais, mesmo entre “eles” tal idéia não pode ser identificada como um “retrocesso” a tempos históricos já ultrapassados: seria melhor vê-la como uma “reação pós-moderna” à modernização ocidental. Enfim, uma reflexão histórica e antropológica certamente nos levará a nuançar a extensão e os limites de categorias como “pluralismo” e “liberdade”, através das quais nos diferenciamos do Oriente.

Como um balanço final da obra, nos resta uma impressão de que a realidade do mundo contemporâneo é consideravelmente mais complexa do que indicaria um olhar mais superficial. Mais do que soluções prontas e ajustadas, os autores nos propõem inúmeras indagações e novos questionamentos. Talvez não seja um resultado cômodo ou necessariamente

agradável, mas, como sugere Velho em seu artigo, “complexificar as coisas” é uma das grandes tarefas do intelectual, e esse objetivo as palestras do ciclo *Vozes do Pensamento Contemporâneo* certamente conseguiram atingir.